

**PEDIDO DE COMPRA: 000799 / 2026****EMIÇÃO: 28/05/2026****SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA**

**Objetivo:** Contratação de empresa em regime de execução indireta de empreitada por preço global, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, insumos, transportes, encargos sociais, BDI e demais encargos, objetivando obra de recuperação / manutenção pavimentação em CBUQ (com concreto betuminoso usinado a quente) em ruas do Município de São Luiz Gonzaga -RS. Nos seguintes locais: - JÚLIO DE CASTILHOS / RUA 07 DE SETEMBRO – TRECHO VILA FLORESTA (05 QUADRAS)

**Justificativa:** O reperfilamento justifica-se pela necessidade de restaurar as condições adequadas de trafegabilidade, uma vez que o pavimento existente apresenta patologias típicas de desgaste, tais como: - Trincas longitudinais e transversais; - Desgaste superficial; - Afundamentos e irregularidades; - Perda de textura e aderência. Causando transtornos e prejuízos a administração pública.

### DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município possui extensa malha viária urbana pavimentada em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), a qual, em razão do tempo de uso, do aumento do fluxo de veículos, da ação de intempéries da natureza no qual não temos controle (muita chuva ou muito calor), apresenta significativo nível de deterioração funcional e estrutural.

Diversos trechos das vias urbanas encontram-se com manifestações patológicas recorrentes, tais como trincas longitudinais e transversais, fissuras em malha, afundamentos, desgaste superficial, remendos irregulares e perda de regularidade do pavimento, comprometendo o conforto ao rolamento, a segurança viária, a mobilidade urbana e a durabilidade do pavimento existente.

Diante desse cenário, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para execução de serviços de **reperfilamento asfáltico com CBUQ**, com o objetivo de restaurar as condições adequadas de trafegabilidade, corrigir deformações da camada de rolamento, prolongar a vida útil do pavimento e evitar a progressão acelerada dos danos, que resultariam em intervenções mais onerosas no futuro.

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa em regime de execução indireta de empreitada por preço global, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, insumos, transportes, encargos sociais, BDI e demais encargos, objetivando o recapeamento, reperfilamento asfáltico com CBUQ, em rua urbana do Município de São Luiz Gonzaga – RS, nos seguinte trechos:

- RUA JÚLIO DE CASTILHOS / RUA 07 DE SETEMBRO – TRECHO VILA FLORESTA (05 QUADRAS)

**Sendo assim, a contratação do serviço se faz necessária para agilizar a melhoria de trafegabilidade da cidade que devido aos moradores se deslocarem para o trabalho, escola e demais locais, necessitam de uma boa via. Tratando-se de uma melhoria na pavimentação e na infraestrutura urbana.**

**Tal obra será custeada com recurso de emenda parlamentar especial nº 202641680006.**

### ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está no Plano Anual de Contratações para o ano de 2026, no item 9551. A contratação em questão está alinhada com a LDO definida pela gestão atual estando de acordo com os objetivos e metas estabelecidas no orçamento municipal garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e responsável.

### DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O reperfilamento, possui natureza de OBRA COMUM por estabelecer as especificações técnicas padronizáveis em termos de desempenho e qualidade neste ETP, no TR e no memorial descritivo. Descrevendo materiais, equipamentos e métodos construtivos usuais e para as quais exista grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional.

**PARA TANTO A CONTRATAÇÃO SE DARÁ NA MODALIDADE DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA**, com base no artigo 6º, inciso XXXVIII da Lei 14.133/2021.



## 1- PECULIARIDADES DA OBRA:

**OBRA:** REPERFILAMENTO CBUQ

**PROPRIETÁRIO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA

**LOCAL DE INTERVENÇÃO:** RUA JÚLIO DE CASTILHOS / RUA 07 DE SETEMBRO – TRECHO VILA FLORESTA (05 QUADRAS)

**Área de Pavimentação:** 3.960,00m<sup>2</sup> Reperfilagem 11,00m | Capa 6,00m

### MEMORIAL DESCRITIVO

1 - OBJETIVO: O presente memorial descritivo tem por objetivo descrever as técnicas de execução e os materiais a serem empregados na pavimentação em CBUQ (com concreto betuminoso usinado a quente) em ruas do Município de São Luiz Gonzaga -RS, conforme Projeto. O projeto em específico trata da reperfilagem da base (paralelepípedos) existentes com uma camada de regularização BINDER, tipo faixa A/B do DAER. A solução já é empregada historicamente em ruas de baixo fluxo de veículos do município, conforme especificações do executivo.

### 2 - PLACA DE DIVULGAÇÃO DO SETOR PÚBLICO (modelo anexo)

2.1 - Formato: Placas externas devem medir 3,00m de largura por 1,50m de altura, para que tenha a garantia de visibilidade de quem estiver circulando em veículo automotor. 2.2 - Material: As placas devem ser produzidas em chapa metálica galvanizada 20, tratada com "Kromik Metal Primer 74", virada nas bordas ou aparafusada sobre uma moldura de madeira ou metalon resistente às intempéries. 2.3 - Cores: Nos layouts anexos, estão todas as especificações de cores nas escalas CMYK e pantone, bem como os tipos de fontes, tamanhos dos logotipos e textos, para serem aplicados sobre o fundo branco da placa. 2.4 - Produção: A produção da placa será através dos processos de pintura, serigrafia ou adesivagem (recorte eletrônico) em placa de metal.

3 – PROJETO EM CBUQ (LIMPEZA, PINTURA DE LIGAÇÃO, REPERFILAGEM E CAPEAMENTO). O projeto de asfaltamento em CBUQ é composto por quatro fases. A primeira será realizada através da limpeza da pista com vassourão mecânico e capina manual, a segunda se dará através da pintura de ligação (camada de aderência e impermeabilização sobre calçamento existente), seguida da regularização (reperfilamento BINDER) aplicado com motoniveladora e/ou vibroacabadora, por fim, o capeamento aplicado com vibroacabadora, tendo entre as camadas de BINDER E CAPA, aplicação de pintura de ligação. A reperfilagem tem como objetivo, tamponamento parcial e regularização dos trechos mais esburacados do projeto. 3.1 - LIMPEZA E VARRIÇÃO: Esta limpeza consiste na remoção dos agregados soltos e outras substâncias que possam comprometer a aderência, com utilização de vassoura mecânica. A limpeza é também composta pela capina, ou limpeza manual, que deve remover todo material orgânico de vegetação rasteira existente no trecho a ser pavimentado. A medição deste serviço será por metro quadrado de pista e está incluída parte na composição de pintura de ligação e parte em serviço de limpeza manual da planilha orçamentária do objeto. 3.2 - PINTURA DE LIGAÇÃO: Consiste na aplicação de uma pintura de material betuminoso sobre a superfície do pavimento existente, antes da execução do revestimento betuminoso, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente. Esta pintura de ligação será de asfalto RR-2C na taxa de 1.0 l/m<sup>2</sup>, de acordo com a Especificação DAER ES-P 13/91. A medição deste serviço será por metro quadrado de pista. 3.3 - REGULARIZAÇÃO/ REPERFILAGEM DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ: Após a pintura de ligação será executada uma camada de BINDER com CBUQ padrão DAER faixa B, com CAP 50/70, nas ruas determinadas no mapa anexo, com o objetivo de redefinir o greide da rua, tapando os buracos e tornando uniforme a pista de rolamento. A massa asfáltica deverá ser espalhada com motoniveladora e/ou vibroacabadora e a compactação realizada com rolo de pneus e rolo liso vibratório, em tantas passadas quantas forem necessárias. Antes da emissão da ordem de início dos serviços deverá ser apresentada à fiscalização o projeto da massa asfáltica (traço), baseado pelo Método Marshall, contendo os seguintes requisitos de projeto: estabilidade, fluência, índice de vazios, relação betume/vazios e teor de ligante da massa. Para fins de medição do serviço e controle de execução, a espessura do pavimento será medida na pista após a compactação e o volume em toneladas aplicadas de massa asfáltica, com a comprovação através dos tickets de pesagens fornecidos pelo Empreiteiro. 3.4 – CAPEAMENTO EM CBUQ: Após a regularização em CBUQ, será executada capa, camada de rolamento em CBUQ padrão DAER faixa A, com CAP 50/70, nas ruas determinadas, com o objetivo de dar acabamento ao pavimento e tornar uniforme a pista de rolamento. A massa asfáltica deverá ser aplicada com vibroacabadora e a compactação realizada com rolo de pneus e rolo liso vibratório, em tantas passadas quantas forem necessárias. Para fins de medição do serviço e controle de execução, a espessura do pavimento será medida na pista após a compactação e o volume em toneladas aplicadas de massa asfáltica, com a comprovação através dos tickets de pesagens fornecidos pelo Empreiteiro. O controle do tráfego, bem como a liberação para passagem de veículos será realizado pela empresa executante dos serviços. 3.5 – TRANSPORTE DA MISTURA: Os caminhões tipo basculantes para o transporte do concreto asfáltico, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas.

### 4 - NORMA E PADRÃO DE DESEMPENHO – CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE



4.1- Definição: Concreto asfáltico é uma mistura flexível, resultante do processamento a quente, em uma usina apropriada, fixa ou móvel, de agregado mineral graduado, material de enchimento ("filler" quando necessário) e cimento asfáltico, espalhada e comprimida a quente. 4.2- Materiais: 4.2.1- Agregados: Os agregados para o concreto asfáltico serão constituídos de uma mistura de agregado graúdo, agregado miúdo e, quando necessário "filler". Os agregados graúdo e miúdo podem ser pedra britada, seixo rolado britado ou outro material indicado por projeto. O agregado graúdo é o material que fica retido na peneira nº 4 e o agregado miúdo é o material que passa na peneira nº 4. Esses agregados devem estar limpos e isentos de materiais decompostos, matéria orgânica e devem ser constituídos de fragmentos são e duráveis, isentos de substâncias deletérias. A mistura de agregados para o concreto asfáltico deve enquadrar-se numa das faixas granulométricas do Quadro I. A granulometria será determinada pelo método de Ensaio DAER nº 202, ou pelo método de Ensaio DAER nº 905, se houver uma diferença na massa específica de 0,2 ou mais, entre os agregados graúdo e miúdo, ou entre os componentes de quaisquer misturas dos diversos agregados. A porcentagem de partículas tendo pelo menos duas faces britadas deve ser determinada pelo método de Ensaio DAER nº 205. Ligante asfáltico: O ligante a ser utilizado para a composição da massa no atendimento as especificações de projeto será ao CAP 50-70, quando submetido ao ensaio Marshal deve atingir 5,9% da massa total. Agregado Graúdo: O agregado graúdo consistirá de material do qual, no mínimo 90% em peso devem ser partículas tendo, pelo menos, duas faces britadas. Agregado Miúdo: O agregado miúdo pode ser areia, pó de pedra ou mistura de ambos. O mesmo consistirá de material contendo, no mínimo, 70% em peso de partículas com, pelo menos, duas faces britadas na fração que passa na peneira nº 4 e fica retida na nº 8. Mistura: A mistura de agregados para o concreto asfáltico deve estar de acordo com a FAIXA "C" do DAER ou DNIT, e o peso específico será 2,4 T/m<sup>3</sup>. 4.3- Mistura Asfáltica: A mistura asfáltica consistirá em uma mistura uniforme de agregados, "filler" (quando necessário) e cimento asfáltico, de maneira a satisfazer aos requisitos a seguir especificados: a) a mistura para concreto asfáltico deve ser projetada pelo Método Marshall, pelo Método do estabilômetro ou outro método definido pelo projetista; b) as misturas para concreto asfáltico não devem apresentar variações na granulometria maiores do que as especificadas no projeto. O teor de cimento asfáltico, igualmente fornecido pelo projeto, poderá variar de até  $\pm 0,3$ ; c) quando ensaiada pelo Método Marshall, da Resistência ao Fluxo Plástico das Misturas Betuminosas (ASTM D-1559) ou pelo estabilômetro, Método de Ensaio DAER nº 304, a mistura deverá satisfazer aos requisitos indicados abaixo:

Discriminação	Rolamento	Binder
% de vazios	3 a 5	3 a 8
Relação Betume/Vazios	75 a 82	65 a 72
Estabilidade mínima	>500 Kgf	>600 Kgf
Fluência - mm	8,0 a 16	8,0 a 16

4.4- Equipamentos: Todo o equipamento antes do início da execução da obra deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem de serviço. São previstos os seguintes equipamentos: ·Usina; ·Motoniveladora; ·Vibroacabadora; ·Rolos compactadores (pneus e rolo liso); ·Compactadores de percussão (sapinho); ·Caminhões tipo caçamba; ·Espargidores;

·Fresadora;

#### 5 – SARJETAS / BORDAS E DEMARCAÇÃO:

As sarjetas e bordas da pavimentação também serão em asfalto CBUQ, e terão seus arremates no meio-fio e a compactação será feita com compactadores de percussão (tipo sapinho) e rolo liso, bem como no cruzamento de vias, nas abas que avançam nas vias transversais. A demarcação do eixo da pista deverá ser executada com tinta acrílica premium para piso, conforme composição da planilha orçamentária.



Linhas de divisão de fluxos opostos (LFO)

Linha simples contínua (LFO-1)



A demarcação será única e contínua, sendo interrompida nos entroncamentos, no eixo da pista, com objetivo de sinalizar a separação entre os fluxos de veículos.

As cores devem seguir o padrão MUNSELL.

Cor	Tonalidade
Amarela	10 YR 7,5/14
Branca	N 9,5
Vermelha	7,5 R 4/14
Azul	5 PB 2/8
Preta	N 0,5

## 6 – CONTROLE TECNOLÓGICO:

A empreiteira quando solicitar a medição dos serviços realizados, deverá anexar o controle tecnológico, através de laudo técnico com os resultados dos ensaios realizados com a massa asfáltica em cada etapa, além dos laudos dos traços de mistura utilizados na execução da obra, assim como os tickets de pesagem do controle de massa e agregados, em acordo com as especificações do DAER.

São Luiz Gonzaga/RS, 09 de Abril de 2026.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** GABRIEL ADAMS DOMINGUES  
Data: 09/04/2026 10:46:32-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Responsável Técnico  
Gabriel Adams Domingues

Prefeitura de São Luiz Gonzaga/RS  
José Antônio Flach Werle

## 2. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

**2.1. A contratada será responsável pela matrícula da obra junto ao INSS, antes do início da sua execução, bem como pela devida anotação da responsabilidade técnica – ART ou registro de responsabilidade técnica – RRT de execução junto ao respectivo conselho profissional.**

**2.2.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**2.3.** É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.

**2.4.** A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados.

**2.5.** A contratada é responsável pelos danos causados diretamente ou indiretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a este Município ou sua fiscalização.

**2.6.** A licitante assume inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados e ao meio ambiente, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultante da execução do contrato.

**2.7.** A contratada deverá apresentar durante a execução do contrato, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas no contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.



**2.7.1.** A inadimplência da contratada, com referência aos encargos referidos neste item, não transfere à contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ou restringir a regularização e o uso da obra.

**2.8.** Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação ocorrerá por conta da Contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais.

**2.9. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.**

**2.9.1. Quando este prazo for por mais de 1 (um) mês, a Administração deverá divulgar, no site oficial da Prefeitura Municipal e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para reinício da sua execução.**

**2.10.** Somente após a apresentação da Garantia junto ao Setor de Licitações e Contratos, será dada a **Ordem de Início**, devendo as obras ter início no prazo de até 10 (dez) dias e serão executadas de acordo com o Edital, proposta vencedora e as cláusulas desse instrumento.

**2.11. A Ordem de Início** somente deverá ser expedida após a liberação dos recursos pelo órgão concedente.

**2.12. Iniciadas as obras, deverão ser concluídas em até 03 (três) meses, respeitando as medições mensais, conforme cronograma de execução.**

O objeto do presente contrato se estiver de acordo com as especificações do edital, da proposta e do presente instrumento será recebido:

**Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, assinado pelas partes em até 15 dias;

**Definitivamente**, pelo Gestor do Contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, assinado pelas partes, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a **CONTRATADA** Da responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei.

### 3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

**3.1.** O prazo de vigência do contrato é até 31 de dezembro de 2026, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/21, ou até o cumprimento total do cronograma de execução descrito no item 2.12 da CLÁUSULA SEGUNDA deste contrato.

**3.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**3.1.2.** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

**a)** o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas; e,

**b)** a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**3.1.3.** Caso a vigência ultrapasse o exercício financeiro, deverão ser observadas a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual.





#### 4- DO PAGAMENTO

**4.1.** A liquidação e os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias** contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la os seguintes documentos: boletim de medição mensal expedido pelo Setor de Engenharia do Município, apresentação da Nota Fiscal-Fatura e ao final da obra declaração de recebimento firmada pelo Gestor do Contrato.

**4.1.1.** O pagamento somente poderá se dar após a conclusão e liberação de cada uma das etapas mensais da obra pelo órgão fiscalizador competente, conforme cronograma físico-financeiro.

**4.2.** O documento fiscal deverá ser, obrigatoriamente, do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

**4.3. O documento fiscal deverá ser acompanhado de cópia do comprovante de pagamento do ISSQN da respectiva nota emitida referente ao local da realização da obra/serviço.**

**4.4. As faturas deverão se fazer acompanhar das certidões negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do FGTS.**

**4.5. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.**

**4.5.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. A contratada deverá apresentar tal comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido aos optantes pelo Simples Nacional.**

**4.5.2. O contratado que não for beneficiário do Simples Nacional deverá informar a alíquota de retenção de IRPJ na nota fiscal ou a base legal para imunidade ou isenção, conforme determina a Instrução Normativa Federal nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 6.755/2022.**

**4.6.** No caso de atraso pelo **CONTRATANTE**, os valores devidos ao **CONTRATADO** serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação pelo índice médio do acumulado da variação positiva dos seguintes índices: INPC/IBGE, IPCA/IBGE e IGP-M/FGV; calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

#### 5- DAS OBRIGAÇÕES

##### DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do **CONTRATANTE**:

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos.
2. Assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.
3. Determinar as providências necessárias quando o serviço prestado não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.
4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
5. Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, conforme definido neste contrato.
6. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**7.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

São obrigações da **CONTRATADA**:

1. Prestar os serviços de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.



2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

5. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela administração desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

10. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir e/ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

15. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

18. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE** para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno perigoso e insalubre.



20. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

21. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

22. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

23. Observar as diretrizes de caráter ambiental de acordo com a legislação pertinente.

24. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

25. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

26. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

27. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

## 6- DAS SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. Der causa à inexecução total do contrato;
4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
5. Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
7. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Multa.**

## 7- DA EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.





O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, GLOBAL nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, alínea a, artigo 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para execução da obra os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021:

**Habilitação jurídica:**

Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;

Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade perante a:

Fazenda Federal,

Fazenda Estadual e/ou

Municipal do domicílio ou sede do licitante, e

Com o Município de São Luiz Gonzaga-RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

OBS 01: o referido documento poderá ser obtido através de realização de cadastro no Setor responsável por meio do telefone (55) 3352-9321 e após sua emissão pelo site oficial;

OBS 02: servirá como prova de regularidade com o Município de São Luiz Gonzaga-RS, *print* da página do site oficial em que conste o licitante como contribuinte inexistente ou bloqueado/ inativo, através do link: Portal do Cidadão (gespamweb.com.br)

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



**Habilitação econômico-financeira:**

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

No caso da pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, limitar-se-ão ao último exercício;

No caso de empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Cálculo da boa situação financeira da empresa, devendo ser alcançado os seguintes índices:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

PL = Patrimônio Líquido

a) Liquidez Geral:  $\frac{AC + ARLP}{PC + ELP}$  (deve ser igual ou maior que 1,0)

b) Garantia de Capital de Terceiros:  $\frac{PL}{PC + ELP}$  (deve ser igual ou maior que 0,2)

O índice estabelecido pela Administração, para certificar a boa situação financeira da empresa, é igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero) para Liquidez Geral e igual ou maior que 0,2 (zero vírgula dois), para Garantia de Capital de Terceiros.

Caso a empresa licitante não apresente os índices mínimos, será exigido para fins de habilitação, Patrimônio Líquido Mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

**Habilitação técnica:**

Certidão de registro da empresa e de todos os profissionais integrantes de seu quadro técnico no Conselho Competente, com prazo de validade em vigor;

Atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, registrado no Conselho Competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível em características com o ora licitado em quantidade mínima de até 50% do objeto das parcelas de maior relevância, quais sejam;

**a) Execução recuperação em reperfilamento em CBUQ em 1.980m²;**

Observação: os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço técnico objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado horário junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Desenvolvimento sito a rua Borges de Medeiros, 2860, centro, fone (55) 3352-3869, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm parâmetro a extensão 3.960,00m<sup>2</sup>, sendo Reperfilagem 11,00m | Capa 6,00m. Nas seguintes ruas: JÚLIO DE CASTILHOS / RUA 07 DE SETEMBRO – TRECHO VILA FLORESTA (05 QUADRAS).

### ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa realizada existe algumas alternativas como:

#### 1- Execução direta pela Administração:

Consiste na execução dos serviços de recapeamento/reperfilamento com CBUQ por meios próprios do Município, utilizando servidores, equipamentos e estrutura operacional próprios, com eventual aquisição do material asfáltico.

#### Análise:

Esta alternativa mostra-se **inviável**, tendo em vista que, embora o Município possa fazer a aquisição do CBUQ, porém **não dispõe de servidores capacitados, equipe técnica suficiente, nem parte de máquinas adequado** para execução dos serviços, o que compromete a eficiência, a qualidade técnica e o cumprimento dos prazos. Além de representar risco de execução inadequada e responsabilização da Administração por falhas técnicas.

#### 2- Contratação de empresa especializada para execução do serviço:

Contratação de empresa especializada em reperfilamento/recapeamento, com fornecimento do material e execução do serviço. Assim, concentra-se a responsabilidade técnica em um único contratado, reduz riscos de incompatibilidade entre material e execução e facilita a fiscalização trazendo maior eficiência e economicidade ao erário público. Alternativa viável e mais vantajosa.

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada em prestação de serviço(obra) reperfilamento/recapeamento.

Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores/prestadores de serviços: CARPENEDO E CIA LTDA, HIPERTEX, SUPERTEX, SUPERMIX. Tais referências foram obtidas por meio de pesquisa de mercado regionais, efetuadas com base no Decreto Municipal n.º 6.871/2022 que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

### ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para o valor da contratação almejada o valor total máximo de R\$ 439.921,42 (seiscentos vinte três mil reais e trinta sete centavos).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando o disposto no Decreto Municipal nº 6871 de 2022, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços na aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do município de São Luiz Gonzaga/RS", e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021" A pesquisa de preços foi realizada através do SINAPI **do mês de fevereiro do ano de 2026, conforme justificativa em anexo**, e composição de preços alferidos diretamente com fornecedores.



**São Luiz Gonzaga - RS**  
**COMPRAS**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Impressão: 02/06/2026

Hora: 09:20:39



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de São Luiz Gonzaga  
SEMPID  
Secretaria Municipal de Planejamento Inovação e Desenvolvimento

**MEMORANDO**

MEMORANDO: 93/2026  
EM: 15/05/2026  
DE: ASSESSORIA ESPECIAL DE ENGENHARIA

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA – REFERENCIAL ORÇAMENTÁRIO E ATUALIDADE DA BASE DE PREÇOS**

O orçamento de referência da obra de pavimentação asfáltica foi elaborado com base nas composições oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, observando os parâmetros técnicos e metodológicos amplamente adotados na administração pública para obras de infraestrutura.

Destaca-se que, para os insumos pétreos e materiais betuminosos vinculados aos serviços de pavimentação, o orçamento considera valores de referência obtidos diretamente de fontes oficiais de mercado, incluindo cotações e parâmetros divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, especialmente no que se refere aos insumos asfálticos derivados de petróleo. Tal metodologia é compatível com os procedimentos técnicos utilizados em composições referenciais aplicáveis às obras rodoviárias e de pavimentação urbana.

Ressalta-se ainda que o orçamento foi desenvolvido utilizando a base de preços SINAPI referente à competência 02/2026, a qual permanece atual e compatível com o período de elaboração e processamento do certame, não havendo defasagem temporal significativa que justifique a necessidade de atualização monetária ou substituição da base de referência neste momento.

Dessa forma, entende-se que os valores constantes no orçamento atendem aos critérios de contemporaneidade, razoabilidade e aderência aos preços praticados no mercado, preservando a confiabilidade técnica da estimativa orçamentária utilizada pela Administração Pública.

Gabriel Adams Domingues  
Engenheiro Civil – CREA/RS 247738



São Luiz Gonzaga/RS, 15 de Maio de 2026.



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de São Luiz Gonzaga  
SEMPID  
Secretaria Municipal de Planejamento Inovação e Desenvolvimento

**MEMORANDO**

MEMORANDO: 98/2026  
EM: 01/06/2026  
DE: ASSESSORIA ESPECIAL DE ENGENHARIA

**JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SINAPI NA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA URBANA**

A presente justificativa tem por objetivo demonstrar a adequação da utilização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) como referência para elaboração dos orçamentos das obras de pavimentação asfáltica urbana promovidas pelo Município de São Luiz Gonzaga.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que os orçamentos de obras e serviços de engenharia devem observar sistemas oficiais de referência de custos, não impondo a utilização exclusiva de um único sistema para todas as tipologias de obras. A escolha da referência deve considerar a natureza do empreendimento, a disponibilidade de composições compatíveis e a adequada representação dos custos praticados no mercado.

As obras objeto dos presentes orçamentos consistem em intervenções de pavimentação asfáltica em vias urbanas, de pequeno e médio porte, inseridas em contexto de infraestrutura urbana municipal. Para tais empreendimentos, o SINAPI apresenta composições de serviços e insumos compatíveis com as etapas executivas previstas, incluindo terraplenagem localizada, drenagem urbana, pavimentação, sinalização e demais serviços complementares.

A utilização do SINAPI mostra-se tecnicamente adequada pelos seguintes motivos:

1. Disponibilidade de composições compatíveis com os serviços previstos, permitindo a formação de preços por meio de metodologia oficial amplamente reconhecida pelos órgãos de controle.
2. Padronização dos procedimentos internos da Administração Municipal, uma vez que o Município possui histórico consolidado de elaboração de orçamentos, fiscalização e acompanhamento contratual utilizando a metodologia SINAPI, proporcionando maior eficiência administrativa e uniformidade dos processos.
3. Adequação à natureza urbana dos empreendimentos, que diferem de grandes obras rodoviárias intermunicipais ou de infraestrutura de transportes, tradicionalmente mais associadas à utilização do SICRO.



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de São Luiz Gonzaga  
SEMPID

Secretaria Municipal de Planejamento Inovação e Desenvolvimento

4. Maior facilidade de atualização e rastreabilidade dos custos, em razão da ampla utilização do sistema, da disponibilidade mensal de bases de referência e da familiaridade das equipes técnicas municipais com suas composições.
5. Observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que a adoção de metodologia já consolidada reduz riscos de inconsistências orçamentárias e aumenta a segurança técnica dos levantamentos.

Destaca-se, ainda, que a adoção do SINAPI não implica prejuízo à fidedignidade dos custos estimados, tendo sido utilizadas composições compatíveis com os serviços efetivamente executados e, quando necessário, realizadas adequações e composições auxiliares em conformidade com as boas práticas de engenharia de custos.

Dessa forma, considerando as características das obras, a adequação técnica das composições disponíveis, a rotina administrativa consolidada do Município e a observância dos sistemas oficiais de referência previstos na legislação vigente, justifica-se a utilização do SINAPI como base para a elaboração dos orçamentos das obras de pavimentação asfáltica urbana.

Gabriel Adams Domingues  
Engenheiro Civil – CREA/RS 247738

São Luiz Gonzaga/RS, 01 de Junho de 2026.



## DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada em serviços**, para execução de **reperfilamento e recapeamento asfáltico em vias urbanas**, do município de São Luiz Gonzaga, mediante fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, usinagem, transporte, aplicação e controle tecnológico, utilizando **Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ**, conforme projeto em anexo.

A empresa contratada será responsável pela **execução integral dos serviços**, contemplando todas as etapas necessárias para a adequada recuperação do pavimento, incluindo, quando aplicável:

- fresagem ou regularização da superfície existente;
- limpeza e preparação da base;
- correções localizadas de defeitos estruturais;
- execução de camada de reperfilamento para correção de deformações longitudinais e transversais;
- execução de camada de recapeamento asfáltico em CBUQ;
- compactação conforme especificações técnicas.

A solução adota o **CBUQ como técnica consolidada e amplamente utilizada no mercado**, por apresentar elevado desempenho estrutural e funcional, maior durabilidade, conforto ao rolamento, segurança viária e melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida do pavimento, especialmente para vias urbanas com tráfego leve a médio.

As especificações da forma e realização do serviço e obrigações da futura contratada estão devidamente descritas no item 03 deste ETP - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

A opção pela execução indireta decorre da análise técnica e econômica realizada no item anterior, que concluiu pela inviabilidade das demais alternativas estudadas, já a execução direta pela administração, notadamente em razão da falta de estrutura de pessoal e de equipamentos necessários para a execução.



**Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas no contrato.**

Sob a ótica da eficiência administrativa e da economicidade, princípios consagrados no caput do art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução indireta apresenta-se como a alternativa que melhor atende ao interesse público, garantindo autonomia operacional, disponibilidade imediata dos equipamentos, previsibilidade de custos e maior controle sobre a manutenção. Tais fatores são essenciais para melhoria da trafegabilidade das vias urbanas do município. A solução apresentada mostra-se **técnica, econômica e operacionalmente adequada**, alinhada às boas práticas de engenharia, às normas do DNIT e da ABNT, e aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem a Administração Pública.

As obras e serviços serão executados de acordo com as normas técnicas vigentes e boas práticas de engenharia, observando o projeto, memorial descritivo, planilhas de quantitativos e especificações dos materiais, a fim de garantir segurança, durabilidade e funcionalidade da via.

**JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos para frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Em vista disso, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado, pois trata-se de uma obra de pavimentação POR EMPREITADA GLOBAL.

**RESULTADOS PRETENDIDOS**

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa, para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para redução dos impactos ambientais.

**PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da administração. A Secretaria de Infraestrutura indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam: a) elaboração de minuta do edital; b) informação da dotação orçamentária; c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação; d) elaboração de minuta de ata de registro de preços e/ou do contrato; e) encaminhamento do processo para análise jurídica; f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados; g) publicação e divulgação do edital e anexos; h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável; i) realização do certame, com suas respectivas etapas; j) realização de empenho; e i) assinatura e publicação do contrato.

**CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução da prestação de serviço, uma vez que todos os meios necessários para a realização da obra (serviço) podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta. Os serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

**POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**



Ao contratar a empresa especializada em pavimentação em reperfilamento e recapeamento em CBUQ, deverá considerar diversos impactos ambientais, que podem resultar dessas operações, como emissões atmosféricas, ruídos, alterações no solo e na vegetação, geração de resíduos, movimentações na terra e vazamento de líquidos contaminantes, podendo alterar a biodiversidade.

A contratação de empresa especializada para a realização da obra, deve garantir o cumprimento das regulamentações ambientais locais, regionais e nacionais, a fim de minimizar os impactos negativos e promover práticas sustentáveis.

### **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste estudo técnico preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário, para subsidiar a contratação declaramos que a contratação é viável atendendo os padrões de preços do mercado.

Ademais, este ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR demonstrou todos os requisitos para a contratação de forma a inexistir prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados.

A especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência e em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos (artigo 18, § 3º da Lei 14.133/21).